

3. Programa de Monitoramento de Recalques

▪ Justificativas

Na faixa lindeira do traçado projetado para a implantação do VLT é observada a presença de várias edificações de importância histórica, cultural e/ou arquitetônica, tombadas ou não pelos órgãos do patrimônio.

Da mesma, sabe-se que em toda a área de inserção do empreendimento o substrato do terreno local é predominantemente constituído por sedimentos marinhos arenosos, cujas características geotécnicas normalmente refletem média-alta suscetibilidade a recalques por adensamento de solos moles

Assim, entende-se que a execução das obras e as escavações necessárias à implantação do VLT / Trecho Conselheiro Nébias – Valongo ensejarão a necessidade de monitoramento sistemático de recalques, passíveis de ocorrer por diversas ações, a saber: (i) escavações em geral; (ii) desestabilização indireta do subsolo, devido às vibrações induzidas no solo por equipamentos pesados, entre outros.

▪ Objetivos

Objetiva-se com a implantação deste Programa fornecer um conjunto de diretrizes e ações que permitam a adoção de procedimentos técnico-administrativos, lógicos e devidamente estruturados, que propiciem *prever antecipadamente situações emergenciais e/ou de risco* e fornecer soluções adequadas e seguras para tais cenários.

4. Programa de Gerenciamento de Áreas Contaminadas

▪ Justificativas

Algumas desapropriações no eixo da Rua da Constituição serão realizadas em terreno onde já houve ou há alguma atividade com potencial de contaminação do solo e/ou da água subterrânea. Além disso, em terrenos lindeiros à ADA foram identificados usos industriais (considerados como alto potencial de contaminação), áreas contaminadas cadastradas na CETESB e áreas potencialmente contaminadas levantadas através do SIPOL.

Sendo assim, o presente programa é de fundamental importância, a fim de apontar as principais diretrizes para o gerenciamento destas áreas com potencial de contaminação a serem desapropriadas, assim como eventuais interferências em plumas de contaminação existentes provenientes de terrenos lindeiros à área diretamente afetada.

▪ Objetivos

O desenvolvimento de um Programa de Gerenciamento de Áreas Contaminadas, no contexto da implantação das obras do Sistema Integrado Metropolitano e do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT - Fase 2 - Trecho Conselheiro Nébias – Valongo é conduzido com o objetivo de identificar e eliminar ou reduzir a níveis aceitáveis os riscos potenciais para a saúde humana e para o meio ambiente que sejam resultado da exposição a substâncias provenientes das áreas contaminadas.

5. Programa de Gerenciamento de Material Excedente

▪ Justificativas

A implantação das obras do VLT demandará a retirada de materiais formados por solos, materiais terrosos e/ou rochas, considerados material excedente.

Este material, quando inerte, deverá ser encaminhado a um aterro de resíduos inertes ou a um depósito de material excedente - DME, devidamente licenciado pela CETESB.

Já, o gerenciamento de eventual material excedente *contaminado* deverá seguir as diretrizes estabelecidas pela própria EMTU e/ou CETESB.

▪ Objetivos

Este gerenciamento visa garantir que o material excedente proveniente das obras seja destinado a locais adequados segundo sua Classe (aterros de resíduos inertes, industriais, entre outros) e que os mesmos possuam licenciamento ambiental para tal ação. Caso o local não esteja licenciado, o licenciamento ou autorização para disposição e encerramento será de responsabilidade da contratada.

6. Programa de Gerenciamento de Resíduos

▪ Justificativas

A implantação e o desenvolvimento dos mais diferentes tipos de obras e, em especial, aquelas que envolvem processos de terraplenagens, escavações, remoção de vegetação, de pisos e/ou pavimentos, demolições ou construções civis em geral, instalação de canteiro de obras, abertura ou alargamento de vias, entre outras, remetem à geração de materiais residuais das mais diferentes espécies.

Com base no anteriormente exposto, justifica-se a implantação desse específico programa como forma de se prever mecanismos para caracterizar, classificar segundo a legislação vigente e quantificar plenamente os diferentes tipos de resíduos a serem gerados pelas obras, de tal forma manter sob controle e monitoramento de todas as etapas de geração, transporte e disposição final adequados dos mesmos.

Este programa será implementado através de 3 subprogramas, à saber: (i) *Controle de Resíduos da Construção Civil e de Material de Demolição*; (ii) *Controle e Gerenciamento de Resíduos Perigosos*; e (iii) *Controle e Gerenciamento de Produtos Químicos*

▪ Objetivos

O objetivo principal de implantação desse programa é gerenciar de forma plena a geração de resíduos decorrentes das diversas atividades de construção das obras projetadas garantindo que todos esses resíduos sejam devida e adequadamente acondicionados e/ou armazenados provisoriamente, para posterior transporte e disposição em local devidamente licenciado, conforme estabelece a legislação em vigor. Com isso, busca-se reduzir qualquer possibilidade de uma potencial contaminação dos solos e ou das águas (superficiais e subterrâneas).

7. Programa de Educação Ambiental (PEA)

▪ Justificativa

Quando um novo empreendimento de grande porte se insere em um dado local é comum surgirem situações de conflito e impactos ambientais. Isto decorre da relação entre a população local e as ações geradas pelo empreendimento, como por exemplo, a instalação de infraestruturas e o aumento do número de trabalhadores relacionados ao período de obras.

Portanto, é fundamental que os públicos-alvo participantes deste programa (população local, empreendedor e trabalhadores da obra) conheçam e compreendam os diversos elementos que compõem aquele novo meio que está se formando, uma vez que tal compreensão possibilitará o entendimento da necessidade de um relacionamento mais harmonioso entre os envolvidos.

Para que esta compreensão ocorra por parte dos diversos públicos-alvo deste programa é imprescindível, entre outras medidas, a realização de algumas atividades educativas. Neste contexto, então, faz-se necessário à realização de um Programa de Educação Ambiental – PEA, que coordene estas atividades educativas e realize as demais ações necessárias à realização destas atividades.

▪ Objetivos

Este PEA tem como objetivo geral despertar a consciência dos seus públicos-alvo (*operários / funcionários do empreendimento e comunidade em geral*) sobre os aspectos do meio ambiente (natural e urbano), considerando a importância do patrimônio natural e humano da região onde o empreendimento está inserido.

8. Programa de Controle de Processos Erosivos e de Assoreamento

▪ Justificativas

No contexto da execução das obras do VLT o controle dos processos erosivos é fundamental para evitar focos de degradação e requer a adoção de cuidados operacionais, que procurem evitar ao máximo a sua ocorrência, particularmente, em situações que envolvam: (i) obras de terraplenagem; (ii) obras de drenagem; (iii) execução de aterros, cortes e bota-fora; (iv) instalação e operação de canteiros de obras, instalações administrativas e de apoio operacional; (v) limpeza de terrenos; e (vi) carregamento de materiais / sedimentos inertes para o interior de cursos d'água, entre outros.

Portanto, com base no anteriormente exposto, justifica-se a implantação deste programa, a ser desenvolvido durante a fase de obras, tendo em vista as condições ambientais dos terrenos expostos pelas diferentes atividades das obras que, certamente, sofrerão alterações no relevo e no sistema natural de drenagem.

▪ Objetivos

Este Programa tem por objetivo elencar e detalhar todas as ações operacionais, preventivas e corretivas, destinadas a promover o controle dos processos erosivos decorrentes da obra.

9. Programa de Controle de Tráfego

▪ Justificativa

As obras do VLT demandarão, por um determinado período de tempo, interferências diretas no viário local, incluindo desvios do tráfego, em especial no entorno e proximidades das principais frentes de obra e, ainda, um aumento do tráfego de veículos pesados nas rotas de transporte previstas, em especial para o transporte do material excedente originado das escavações.

Nesse contexto, justifica-se a implantação desse Programa uma vez que ele determinará os procedimentos gerais para a interrupção de tráfego e formação de desvios, necessários em obras localizadas em áreas urbanas e, também, os procedimentos aplicáveis nos casos de necessidade de recuperação das condições do pavimento.

Cabe ressaltar que o transporte de cargas deverá envolver a necessidade de obtenção junto à Prefeitura Municipal e à CET de Santos de autorização especial para o tráfego em vias com restrições de horários para o tráfego de veículos pesados.

▪ Objetivos

O objetivo do Programa é especificar as medidas necessárias para mitigar as interferências no tráfego e no sistema viário decorrente das atividades de transportes (de pessoas, de insumos de construção, de equipamentos e de material escavado) à serviço das obras projetadas para esse trecho do VLT. Assim, vale ressaltar que em termos de “abrangência espacial” este programa deverá envolver todas as frentes de obra e de apoio operacional, assim como todas as vias de tráfego necessárias para o transporte de pessoas e insumos, com destaque para as rotas para acesso ao bota fora de materiais escavados e também para a eventual necessidade de transporte de material contaminado.

10. Programa de Paisagismo e Reurbanização

▪ Justificativa

Para a implantação do VLT / Trecho Conselheiro Nébias – Valongo e de suas estruturas de apoio operacional serão necessárias algumas intervenções que acarretarão em alterações da paisagem ao longo do traçado, bem como nas áreas das estações e em uma parcela da área da Praça dos Andradas, entre outras.

A execução deste programa justifica-se, portanto, pela necessidade de integração dessas novas estruturas originadas do VLT à paisagem urbana local, temporárias e/ou permanentes, a partir da implantação de um projeto paisagístico no entorno das estações, revitalização da paisagem na área da Praça dos Andradas e a partir da incorporação de mobiliário urbano, além da redefinição do desenho urbano local quando necessário.

▪ Objetivos

O objetivo deste programa é a revitalização da paisagem em na área de inserção do VLT / Trecho Conselheiro Nébias Valongo e nas áreas das principais estruturas de apoio operacional, além da redefinição do desenho urbano nos locais onde ocorrerá interferência em função da implantação do empreendimento, visando à incorporação desse novo equipamento, de forma harmônica, na paisagem urbana da região.

II. Programa de Manejo e Recomposição Arbórea Urbana

▪ Justificativas

As obras previstas para a implantação do VLT poderão demandar a supressão de 337 indivíduos arbóreos, cadastrados na ADA.

De acordo com a avaliação de impacto ambiental, a supressão de vegetação poderá impactar negativamente a qualidade ambiental e qualidade de vida da população usuária do local, em decorrência da perda habitats para a fauna, perda de cobertura vegetal, perda dos serviços ecossistêmicos oferecidos pela vegetação, entre outros impactos cumulativos, como aumento da impermeabilização do solo e redução da taxa de infiltração de água, alteração de condições climáticas, entre outros.

Desta maneira, entende-se que a reposição dos indivíduos arbóreos removidos da ADA, em decorrência da implantação da infraestrutura operacional e de apoio do VLT é de suma importância para a manutenção da qualidade ambiental e de vida da região e justificando, assim, a implantação deste plano de manejo.

Este programa será implementado, também, com os ações de controle definidas pelo Subprograma de Monitoramento da Avifauna

▪ Objetivos

O objetivo deste programa é o atendimento das obrigações legais relativas à compensação ambiental pela supressão de vegetação, em especial aquela relativa ao corte de exemplares arbóreos isolados, no município de Santos (Lei Municipal Complementar 719/2011 que disciplina o corte de árvores nativas e exóticas em vias públicas).

12. Programa de Comunicação Social

▪ Justificativa

A implantação do VLT no trecho Conselheiro Nébias – Valongo provocará algumas alterações na região de sua implantação, tais como, desapropriações, supressão de vegetação, alteração da paisagem, readequação e reestruturação do sistema viário, interferências em infraestruturas urbanas, aumento da mobilidade da população residente nas áreas de influência, entre outras.

Desta forma, a execução do Programa de Comunicação Social justifica-se pela necessidade de divulgação das intervenções a serem executadas para a implantação do VLT e das alterações advindas deste novo empreendimento. Isto implicará, portanto, em comunicar e envolver a população diretamente afetada nos esclarecimentos e discussões dos impactos positivos e negativos oriundos do empreendimento, bem como das medidas para atenuar ou potencializar estes impactos, conforme apresentados nos demais programas ambientais contidos neste EIA.

Na medida em que o projeto executivo esteja consolidado, a população diretamente afetada deve ser informada sobre quaisquer alterações no projeto e suas implicações nos impactos levantados e apresentados.

▪ Objetivos

Este programa tem como objetivo geral, a consolidação de meios de comunicação para que o empreendedor possa divulgar as ações nas diferentes fases do empreendimento, planejamento, implantação e operação.

13. Programa de Acompanhamento do Processo de Desapropriação

▪ Justificativa

A implantação do VLT resultará em intervenções em algumas áreas situadas ao longo do traçado, especialmente para instalação das estações e seus respectivos acessos.

Neste cenário, as intervenções que se derem sobre imóveis particulares implicarão no pagamento de indenizações. As intervenções em áreas institucionais também ocorrem de forma pontual, devendo-se proceder à abertura de processo de desafetação da área.

▪ Objetivos

O objetivo principal do programa é viabilizar a aquisição das áreas necessárias à implantação do empreendimento, acompanhar o processo de indenização dos imóveis afetados e atentando para os desdobramentos sociais deste processo, de tal forma preservar os interesses das partes envolvidas no processo, sem qualquer prejuízo às mesmas.

Especial atenção deverá ser dada ao atendimento dos critérios estabelecidos pela Norma ABNT/NBR-14653, bem como as normas e diretrizes do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE), ambos para avaliação dos imóveis e negociação com a população afetada.

14. Plano de Gestão do Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico

▪ Justificativa

Os sítios arqueológicos encontrados em solo brasileiro são considerados bens da União, conforme Art. 20, inciso X da Constituição Federal do Brasil, sendo protegidos pela Lei Federal 3.924/61, *“seu estudo deve preceder qualquer atividade que possa vir a danificá-los ou obstruir o acesso a eles enquanto fontes de informação científica”*.

Por esse motivo, qualquer empreendimento que possa acarretar destruição total ou parcial de bens arqueológicos precisa obrigatoriamente ser precedido de levantamento e resgate do patrimônio arqueológico ameaçado, por equipe técnica qualificada e autorizada, de acordo com as normas do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Lei n. 3.924/61 e Portaria n. 07/88).

O Plano de Gestão do Patrimônio Cultural e Arqueológico, conforme aqui proposto, deverá ser composto por dois programas, conforme discriminados a seguir: (i) *Subprograma de Prospecção, Monitoramento e Resgate Arqueológico*; e (ii) *Subprograma de Educação Patrimonial*.

▪ Objetivos

Os *objetivos gerais*, principais, inerentes dois subprogramas mencionados anteriormente são:

- ✓ Prevenir a destruição de sítios e/ou ocorrências arqueológicas e a descaracterização ou danos aos bens históricos em decorrência das atividades necessárias à implantação do empreendimento;
- ✓ Avaliar novos impactos não detectados na fase de diagnóstico;

VII. Conclusões e Recomendações

A implantação do SIM-VLT / Trecho Conselheiro Nébias – Valongo (Fase 2) se constituirá em uma grande contribuição à mobilidade urbana, refletindo-se significativamente na melhoria das condições de deslocamento da população de Santos e com efeitos positivos para a mobilidade em toda a RMBS.

Além disso, as novas ligações propiciadas pelo empreendimento deverão integrar os sistemas estruturais de transporte de ônibus municipal e metropolitano, alterando de forma positiva a acessibilidade da população, de forma planejada e com previsibilidade para atender suas necessidades diárias.

A construção desse segundo trecho do SIM-VLT da RMBS, complementarmente ao primeiro trecho já em construção (Barreiros – Porto), será feita com o emprego de uma moderna e inovadora tecnologia ainda pouco utilizada no país, porém, já com larga experiência de aplicação na Europa e em outros continentes.

A implantação do SIM-VLT da RMBS, incluindo o trecho Conselheiro Nébias – Valongo, justifica-se pelo crescimento significativo da demanda de transporte nesta região metropolitana, conforme prognosticado nos estudos realizados pelo Governo do Estado de São Paulo, especialmente aqueles relacionados às atividades portuárias, de gás e petróleo e demandas de transporte. Nesse contexto, o empreendimento projetado virá ao encontro das demandas de transporte previstas para darem atendimento, principalmente, às novas atividades atraídas pela implantação da base da Petrobrás para atendimento ao Pré-Sal e, da mesma forma, pela expressiva ampliação Porto de Santos, incluindo o seu respectivo terminal de passageiros.

A avaliação ambiental consolidada neste EIA, especificamente para as diferentes componentes ambientais passíveis de interferência, considerando-se as diferentes etapas do projeto (planejamento, implantação e operação), demonstrou que dentre os *impactos ambientais negativos*, previstos de ocorrerem, destacam-se:

- Supressão de indivíduos arbóreos - alteração da paisagem;
- Perdas de imóveis e impacto social pelo processo de desapropriação;
- Indução à alteração do uso e ocupação do solo da ADA e seu entorno imediato
- Geração de ansiedade e insegurança na população da ADA e AID
- Interrupções temporárias dos serviços básicos de infraestrutura urbana
- Alteração pontual dos níveis de ruídos, decorrentes das obras de implantação e da operação do VLT / trecho Conselheiro Nébias – Valongo.

Da mesma forma, dentre os *impactos ambientais positivos*, previstos nas diferentes fases do empreendimento, destacam-se:

- Redução das emissões de poluentes atmosféricos e ruídos, decorrente da diminuição da frota de veículos coletivos e particulares, em circulação;
- Aumento da mobilidade da população residente nas áreas de influência;
- Aumento da arrecadação tributária;
- Geração de empregos;
- Readequação do sistema de transporte público;

- Aumento da renda da população da ADA;
- Benefícios socioambientais do VLT / Trecho Conselheiro Nébias – Valongo.

No cenário mostrado acima deve ser ressaltado que para cada um dos impactos identificados são propostas as correspondentes medidas de controle ambiental que, por sua vez, poderão ter características mitigadoras e/ou compensatórias (para os impactos negativos), ou potencializadoras (para os impactos positivos), cujas implementações são na maioria das vezes de responsabilidade do empreendedor, via empresas construtoras contratadas.

Os benefícios previstos de ocorrem com a implantação do VLT / Trecho Conselheiro Nébias - Valongo são positivos especialmente para o município de Santos; entretanto, quando analisado no contexto do SIM – Sistema Integrado Metropolitano, inúmeros reflexos positivos deverão ser esperados para toda a RMBS, contribuindo para a racionalização do sistema de transporte metropolitano, para uma redução generalizada dos tempos gastos no transporte, para economias nos custos de transportes e para uma grande diversidade de outros benefícios socioeconômicos, diretos e indiretos, que asseguram que o balanço socioambiental geral é amplamente positivo.

Complementarmente, também é possível se afirmar que o empreendimento projetado VLT / Trecho Conselheiro Nébias - Valongo vai ao encontro das diretrizes de desenvolvimento urbano e das necessidades logísticas previstas para a cidade de Santos e para toda a RMBS, além de conjugar-se com os preceitos das cidades sustentáveis..

Assim, detalhando o anteriormente exposto, entende-se que o empreendimento projetado localiza-se em área urbanizada, total e fortemente antropizada; portanto, com baixíssima tendência de afetar o ambiente natural. Haverá, entretanto, a necessidade de manejo de alguns indivíduos arbóreos existentes ao longo do eixo referencial do traçado do VLT. Entretanto, para compensar estes efeitos, foram propostos medidas de compensação pela supressão de vegetação nativa e exemplares arbóreos

isolados, conforme determina a legislação vigente, além do próprio Plano de Compensação Ambiental (SNUC).

Em relação à fauna terrestre, especialmente a avifauna, embora a vegetação existente na ADA do empreendimento já se encontre bastante degradada pela atividade humana, a supressão de indivíduos arbóreos isolados poderá trazer consequências para a fauna, entre elas a perda de habitat, embora a fauna da ADA se caracterize pela predominância absoluta de espécies de baixa sensibilidade a alterações ambientais. Neste caso, o plantio compensatório de mudas também é uma medida mitigatória a esse impacto, uma vez que depois de revegetadas as áreas propostas servirão de habitat para avifauna regional.

Relativamente aos potenciais impactos do meio físico, ressalta-se que todos terão caráter temporário e ocorrência predominantemente na fase de obras, refletindo na maioria das vezes as atividades e os serviços típicos de escavações e terraplenagens (emissão de poeiras / particulados e ou gases poluentes, ruídos e vibrações, contaminações pontuais de solos e/ou águas subterrâneas)

Por fim, relativamente aos potenciais impactos do projeto no meio antrópico, entende-se que os mesmos incidirão na etapa de obras, principalmente, sobre a população residente no entorno imediato do traçado projetado do VLT e sobre os trabalhadores alocados nas diferentes frentes de serviços, com o que a ênfase maior é dada às medidas de controle, segurança e conforto ambiental dos moradores e usuários das áreas afetadas, e da mesma forma os trabalhadores das obras.

Por sua vez, as desapropriações previstas para a implantação do empreendimento e os deslocamentos involuntários constituem-se em impacto negativo, irreversível e permanente, para o qual haverá a afetação principalmente de moradias, serviços e usos mistos, regulares, que demandarão atividades de desapropriação, seguidas das respectivas avaliações e indenizações. As desapropriações deverão ser precedidas de uma avaliação técnica pericial dos imóveis e de justa indenização aos proprietários, conforme determina a legislação em vigor.

No que se refere aos patrimônios arqueológico, histórico, cultural e arquitetônico, podendo estes serem tombados ou não, entende-se que preliminarmente à qualquer eventual intervenção das obras projetadas, deverão ser obtidas as respectivas manifestações e/ou aprovação prévia dos órgãos de proteção do patrimônio, além da efetiva implementação do Plano de Gestão do Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico (incluindo o Subprograma de Prospeção, Monitoramento e Resgate Arqueológico e o Subprograma de Educação Patrimonial), conforme proposto neste EIA.

Portanto, tomando-se como base todos os aspectos expostos anteriormente e entendendo-se que o empreendimento projetado poderá desenvolver-se em bases sustentáveis e de integração com o meio ambiente local, conclui-se que é possível, através da implantação das medidas de controle e dos programas ambientais recomendados no presente EIA, se atingir uma situação de conciliação dos interesses e obrigações de cunho social, legal e de preservação ambiental do empreendedor e, da mesma forma, de atendimento das necessidades e direitos da população residente no município de Santos e de todos os demais da RMBS.

Assim, diante dos resultados obtidos pelos estudos multitemáticos ora apresentados e, também, das considerações apresentadas anteriormente, a equipe técnica responsável pela elaboração deste EIA-RIMA considera viável, do ponto de vista ambiental, a implantação do projeto do VLT / Trecho Conselheiro Nébias - Valongo (Fase 2) com base nas medidas preventivas e programas definidos para a mitigação e compensação dos impactos negativos do empreendimento, e em vista disso, recomenda o licenciamento prévio do empreendimento pela CETESB.

VIII. Equipe Técnica

NOME	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	REGISTRO PROFISSIONAL	ÁREA / ATUAÇÃO GERAL (EIA)
Jacinto Costanzo Junior	Geólogo	CREA: 0600658443	Responsável Técnico e Coordenador Geral do EIA-RIMA
Walter Sérgio de Faria	Geólogo	CREA: 0601194981	Coordenador Técnico do EIA-RIMA Caracterização do Empreendimento Aspectos Legais Diagnósticos do Meio Físico Impactos e Programas Ambientais Revisão Geral do EIA-RIMA
Karina Barbosa de Aguiar	Geógrafa	CREA: 5063370419	Coordenação Geral do Meio Físico; Níveis de Ruídos e Vibrações; Impactos e Programas Ambientais.
Bruno Pontes Costanzo	Engº Produção	CREA: 5062440285	Caracterização do Empreendimento
Caetano Pontes Costanzo	Geólogo	CREA: 5062983540	Meio Físico: Passivos Ambientais

NOME	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	REGISTRO PROFISSIONAL	ÁREA / ATUAÇÃO GERAL (EIA)
Leonardo Vieira G. da Silva	Engº Ambiental	CREA: 5063848472	Meio Físico: Passivos Ambientais
Maira Daronco Teruya	Engª Ambiental	CREA: 5063133800	Meio Físico: Recursos hídricos superficiais, Qualidade das águas, Passivos ambientais Impactos e Programas Ambientais
Fernanda Bardelli	Geógrafa	CREA: 5063504390	Meio Físico: Aspectos climáticos e meteorológicos, Geomorfologia, Pedologia, Dinâmica do terreno. Impactos e Programas Ambientais
Celine Coutinho	Geóloga	CREA: 5069339544	Meio Físico: Geologia, Geotecnia, Recursos hídricos subterrâneos. Impactos e Programas Ambientais
Laura Rocha de C. Lopes	Arquiteta e Urbanista	CAU: A33632-7	Coordenação Geral do Meio Socioeconômico; Diagnósticos do Meio socioeconômico; Sistema Viário; Impactos e Programas Ambientais
Rita Monteiro Falcão	Geógrafa	CREA: 5063856693	Meio Socioeconômico: Perfil econômico (AII/AID/ADA), Perfil demográfico (AII/AID/ADA), Qualidade de vida (AII/AID/ADA), Reivindicações sociais. Impactos e Programas Ambientais

NOME	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	REGISTRO PROFISSIONAL	ÁREA / ATUAÇÃO GERAL (EIA)
Natália T. Margarido	Engª Ambiental	CREA: 5068965709	Meio Socioeconômico: Saneamento (AII/AID/ADA), Paisagem urbana (ADA), Áreas passíveis de desapropriação, Uso e ocupação do solo (AID/ADA), Reivindicações sociais Impactos e Programas Ambientais
Lúcia Juliani	Arqueóloga	---	Meio Socioeconômico: Patrimônio Histórico e Arqueológico Impactos e Programas Ambientais
Mariana A. Adas	Bióloga	CRBio: 074657/01-D	Coordenação Geral do Meio Biótico; Fauna terrestre; Impactos e Programas Ambientais
Fausto Carnier	Biólogo	CRBio: 74476/01-D	Meio Biótico: Flora / Cadastro Arbóreo Impactos e Programas Ambientais
Raquel Colombo Oliveira	Bióloga	CRBio: 79597/01-D	Meio Biótico: Avifauna Impactos e Programas Ambientais
Brenda B. R. Corrêa	Bióloga	CRBio: 100254/01-P	Meio Biótico: Flora; Impactos e Programas Ambientais

NOME	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	REGISTRO PROFISSIONAL	ÁREA / ATUAÇÃO GERAL (EIA)
Arthur Macarrão	Biólogo	CRBio: 056145/01-D	Meio Biótico Avifauna
Julierme Z. Lima Barboza	Geógrafo	CREA: 5063220828	Coordenação da Cartografia / Geoprocessamento
Eder Silvestre	Geógrafo	CREA 5063505098	Cartografia e Geoprocessamento
Roger Biganzolli	Geógrafo	CREA: 5069227370	Cartografia e Geoprocessamento
Apoios Técnico e Operacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ruy de Carvalho Monteiro (estagiário em Geografia) ▪ Nathalee Bosquê Fernandes (estagiária em Geografia) ▪ Marina Bianchi Nurchis (estagiária em Geografia) ▪ Isadora Bagnariolli Petinari (estagiária em Gestão Ambiental) ▪ Mariana Tonon (estagiária em Biologia) 		